Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data, hora e local: 01 de abril de 2016, às 15h00min, na Rua São Bento, 405, Auditório do 10º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. **Pauta:** 1) Informes; 2) Plano Anual de Aplicação 2016; 3) Prestação de Contas 2015. **Presentes:** Fernando de Mello Franco e Tereza Beatriz Ribeiro Herling, Presidente e suplente; Rossella Rosseto, representante suplente da Secretaria Municipal de Cultura – SMC; Marcoantonio Marques de Oliveira, representante suplente da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF; Mário Wilson Pedreira Reali, representante suplente da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; José Rubens Domingues Filho, representante suplente da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP; Raquel Lima, representante suplente da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA; Irani Aparecida Pereira Dias, representante suplente do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU; Bárbara de Oliveira Lopes, representante suplente do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT; Caio Rioei Yamaguchi Ferreira, Secretário Executivo e Andre Kviatkovski, Secretário Executivo Suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. **Ordem do Dia: 1)** A reunião foi iniciada às 15h25min pelo Presidente, Fernando de Mello Franco, que informou sobre uma reunião com o Prefeito e que terá que se retirar. Em seguida passou a palavra ao Secretário Executivo do FUNDURB, Caio Rioei Yamaguchi Ferreira que apresentou a pauta. **2)** O Secretário Executivo cumprimentou as secretarias quanto ao cumprimento dos prazos do envio dos materiais para reunião e apresentou a pauta. Em continuidade, deu ciência da ata da 2ª Reunião Extraordinária do FUNDURB, enviada previamente aos conselheiros. **3)** Em sequencia, tratou da arrecadação da Outorga Onerosa referente as receitas de 2016, e informou que a arrecadação de março foi um pouco acima da média, que totalizou até o momento da reunião R$ 63.724.437,42 com a média mensal de R$ 21.995.349,25, e contabilizando com o superávit financeiro, até hoje soma-se R$ 108.581.763,51, com expectativa de arrecadação ao longo do ano de R$ 197.958.143,25. Apresentou a arrecadação da outorga do fundo do exercício de 2015, no valor de R$ 249.973.455,46, exibindo a variação sem regularidade da arrecadação assim como se observa pelo inicio desse ano, o que não significa um bom momento, pois a arrecadação não é referente ao ano que ela é "depositada", necessitando de um estudo para identificar o momento da arrecadação até seu depósito. Em seguida apresentou os limites aprovado, liberado, empenhado, liquidado e pago referente a Prestação de Contas 2015, e em sequência o valor de restos de R$ 81.354.471,19. **4)** Dando prosseguimento a pauta, o Secretário Executivo apresentou tabela onde é possível identificar os valores aprovados, empenhados, liquidados e pagos para cada secretaria, assim como os valores de restos pagos até 18/03. No quadro seguinte antes de passar para as prestações individuais de cada Pasta, explicou os limites para os 30% de habitação e 30% de mobilidade, sendo para 2015 R$97.126.930,31. Contudo explicou ainda que o valor arrecadado, base para esse cálculo, foi R$ 249.973.455,46, e assim os limites seriam de R$ 74.992.036,64, e a liquidação do ano de 2015 foi de R$284.945.134,04 considerando restos a pagar, e que para que fosse cumprido o limite de 30% de habitação ainda restariam R$ 10.360.786,33 que serão apresentados junto a Prestação de Contas de COHAB, sendo que quando o recurso não é utilizado no exercício, ele fica reservado por mais um ano de acordo com o PDE, e que a demanda seja reapresentada para o Conselho Gestor do Fundo. Em sequencia deu início a Prestação de Contas 2015 da SMSP. **5)** O Secretário Adjunto da Pasta, José Rubens Domingues Filho, passou a palavra ao representante técnico Fernando Elias Alves de Mello, que deu início a apresentação. Apresentou os valores referentes à melhoria de bairros, sendo aprovados R$40.000.000,00 e executados

R$28.498.790,04, e o programa de calçadas, sendo aprovados R$35.000.000,00 e executados R$34.907.176,20; relatou que o valor de R$11.594.033,76 não foram executados devido problemas de licitação, ou com outras secretarias ou acomodação financeira; expôs ainda a listagem de todas as obras e a quantidade das mesmas ao final. O Secretário executivo questionou quantas obras foram apresentadas. O representante técnico respondeu que foram cerca de 160 obras de melhoramentos. O Secretário executivo expõe que o Fundo tem um mecanismo de controle com o mapeamento de todas as obras, porem pediu a compreensão de todos tendo em vista a quantidade de intervenção, sendo que o trabalho é feito manualmente, e ainda informou que nas tabelas da apresentação há uma divisão das intervenções por subprefeituras. **6)** Fernando de Mello, Presidente do FUNDURB, solicitou explicações sobre a obra na Rua 7 de abril com coordenação da SMSP, tendo em vista as condições do passeio, e de materiais indevidos sendo depositados e que prejudicam o projeto. O representante técnico da SMSP, Fernando, disse que a SMSP tomaria as providências necessária e retornaria na próxima reunião com um levantamento sobre essa obra em específico. **7)** O Secretário Executivo então abre a palavra para considerações. **8)** José Rubens, Chefe de Gabinete da SMSP, explicou que a meta é entregar as obras decentemente e que qualquer item fora da normalidade é determinação da SMSP multar a empresa e tomar medidas legais, e que uma participação conjunta é importante. **9)** Não havendo mais considerações, o Secretário Executivo deu início a apresentação de Prestação de Contas 2015 da SEHAB. **10)** O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, antes de dar início a apresentação, propôs uma padronização nas apresentações para melhorar o mapeamento para todas as secretarias, com um padrão de informações e um fechamento georreferenciado do ano. O Secretário Executivo explicou que a Secretaria Executiva passou por um processo de revisão da regulamentação do Fundo, que até então não tratava da prestação de contas de forma aprofundada, e que a minuta do novo decreto , que será enviada para consulta dos Conselheiros, condicionará as secretarias a enviarem as informações necessárias para ajudar nessa nova plataforma e georreferenciamento. **11)** A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, deu início a apresentação expondo um histórico da destinação dos recursos, e o total dos recursos aprovados R$147.126.930,32, para o exercício de 2015, explicando os remanejamentos ao longo das reuniões, e expôs os recursos utilizados para aquisição de terras nas macroáreas determinadas pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) para o cumprimento da cota dos 30%, os recursos referentes ao programa Casa Paulistana e demais destinações, assim como o valor executado pela Pasta de R$ 124.863.362,06. Explicou o remanejamento dos recursos referentes a uma impossibilidade de execução em outros fundos que não possuíam recursos. Ainda relatou a listagem dos objetos e valores referentes aos recursos, e explicou a diferença dos valores executados apresentados pelo Fundo e o da apresentação da SEHAB, que são recursos que estão aguardando pagamento de aproximadamente R$2.2 milhões. Iniciou explicação referente aos valores transferidos para COHAB e que serão apresentados na respectiva prestação de contas. **12)** O Secretário Executivo explicou que o Conselho Gestor não tinha obrigação com os entes da administração indireta, quando os recursos são transferidos, para que esses prestassem contas dos recursos executados, mas que na nova minuta de decreto do Fundo passa a constar a obrigação de prestação de contas para o FUNDURB dessa administração indireta. A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes retomou a apresentação quanto a prestação de contas referente aos recursos transferidos a COHAB, para cumprimento da cota de 30% de habitação. Expôs ainda a dificuldade de execução dos recursos por conta de processos e problemas para finalização das

desapropriações, verificado pela sua execução, sendo aprovado R$ 82.476.485,10, com um rendimento de R$ 2.666.491,30 e outras entradas de R$ 3.506,90, totalizando na conta da COHAB R$ 85.146.483,30 referentes a recursos do FUNDURB, porem com um valor executado de R$57.994.544,55, o que resultou em um saldo de R$ 27.151.938,75 que deverão ser utilizados para a mesma destinação e expõe todos os terrenos que estão no plano. O Secretário Executivo questionou se há uma estimativa do numero de unidades habitacionais. A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, confirmou e exibiu os números que podem ser encontrados na apresentação. **13)** Fernando de Mello, Presidente do Fundo, pede desculpas que vai ter que se ausentar mas antes disso expôs que serão com cerca de 3.900 unidades habitacionais, custando cerca de R$20mil reais por unidade, e com a média de arrecadação do Fundo, por volta de R$250milhões por ano, e com expectativa de arrecadar quase o dobro após a crise, o FUNDURB poderá ser responsável pela aquisição de terras para cerca de 4 a 7 mil unidades habitacionais por ano, e que isso tem um impacto significativo para gestão. Sendo que já que estamos preocupados em monitorar os efeitos do FUNDURB com o novo PDE, parece que os 30% para aquisição de terras parece ter surtido efeito, e que esses são números significativos para política habitacional, uma excelente noticia. O Presidente do FUNDURB se retirou, assumindo a Secretária Adjunta da SMDU, Tereza Beatriz Ribeiro Herling. **14)** O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, expôs ainda sobre a execução dos contratos referentes ao programa Minha Casa Minha Vida - MCMV e os aportes do programa Casa Paulistana e que o importante é contabilizar os números referentes a emissão de posse, produção de unidade, contratos emitidos e que é importante ainda separar quais fundos contribuem para cada um desses itens A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, prosseguiu com a prestação de contas e explicou sobre o saldo, onde cerca de R$16milhões seriam utilizados para liquidação dos empreendimentos já iniciados e que cerca de R$10milhões uma proposta de futuras aquisições de edifícios, para utilização imediata, se o Conselho Gestor do FUNDURB aprovar condicionada a formalização junto ao Conselho Municipal de Habitação – CMH, tendo em vista que o programa é do Fundo Municipal de Habitação – FMH, com transferência para aplicação nessas intervenções. O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, complementou dizendo que os investimentos serão de imóveis no centro da cidade para iniciar o Parque Público de Locação Social, que é a transferência do auxílio aluguel para esse programa. **15)** O Secretário Adjunto da SF, Marcoantonio, questionou se os valores cotados para os imóveis são, na atualidade, suficientes para a desapropriação total dos imóveis. O representante técnico da COHAB/SEHAB, Minoru, explicou que os R$16 milhões irão atender às necessidades de desapropriação conforme o andamento das ações judiciais, porém pode ser que, conforme o andamento das ações judiciais o valor total destinado não seja suficiente, pois não há como prever o valor dos laudos. O Secretário Adjunto da SF, Marcoantonio, questionou ainda se a destinação dos R$ 10.8milhões são suficientes para o aporte total, se esse é o valor em relação a avaliação, e explicou que se não for suficiente, estaria sendo feita uma reserva que posteriormente teria necessidade de mais recursos e não sabemos se será passível essa arrecadação. O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, esclareceu que o questionamento do Secretário Adjunto da SF, Marcoantonio, é em relação aos R$10.8milhões, que são os novos imóveis, os edifícios para locação social, e se esse valor já é com base em uma avaliação ou se já é o valor definitivo. O representante técnico da COHAB, Minoru esclareceu então que referente a esses novos edifícios para locação social, os R$10.8milhões correspondem já a valores apurados em laudos de avaliação das ações judiciais de cada um dos edifícios, ações já em andamento, sendo que seu pagamento

resolveria a desapropriação desses edifícios. **16)** O Secretário Executivo esclareceu ainda que o PDE estipula no Art.340, parágrafo 1º, a possibilidade de reserva por um ano dos recursos, sendo assim a solicitação da SEHAB tem fundamentação legal. **17)** A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, questionou então se a proposta apresentada poderia seguir dessa forma, ou se teria necessidade de nova apresentação. O Secretário Executivo respondeu colocando que a pauta da reunião seria a complementação do Plano Anual de Aplicação da SEHAB, aprovando o total de complementação. A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, continuou a apresentação e expôs que realmente os valores são para a totalidade da desapropriação, para aquisição do parque como público, para implantar um programa de locação social, visando minimizar os impactos das famílias que necessitam do auxílio aluguel. Sendo essa a destinação para o saldo dos recursos transferidos em 2015, além do comprometimento do envio do fluxo de caixa e da aplicação desses recursos, mensalmente, independentemente das reuniões do Conselho. Prosseguiu com a prestação de contas, expondo as demais desapropriações nas macroáreas, os recursos transferidos para o programa Casa Paulistana, e expôs que apesar de haver um convênio e dessa forma não terem um acompanhamento mais preciso, estarão aprimorando esse acompanhamento junto a Caixa Econômica Federal. Prosseguindo, expos quanto aos recursos destinados a outras desapropriações fora das macroáreas do Art.340 do PDE, assim como os recursos transferidos para construção de unidades habitacionais – COHAB, recursos transferidos para obras e serviços técnicos especializados em obras de urbanização de favelas e regularização fundiária. Para complementar, o Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, destacou que há uma diferença do programa "Minha Casa Minha Vida" (MCMV), que são recursos de complemento, e aporte adicional, e essa é uma demanda de Habitação de Interesse Social-1(HIS1), demanda do município, ou que pode ser de aluguel, adensamento em áreas, e esses recursos da listagem, são demandas da SEHAB, destinadas a remoção para urbanizar áreas, remoção de áreas de favela, áreas de risco e a produção da unidade habitacional é integralmente com recursos da Prefeitura, FMSAI ou FUNDURB, complementados por recursos da CDHU. **18)** A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, continuou a apresentação dos projetos, apresentou os recursos destinados a serviços técnicos especializados, trabalho social – programas e áreas integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), trabalho social – programas e áreas não integrantes do PAC, serviços técnicos - elementos técnicos para regularização fundiária, e serviços técnicos - cadastramento, pesquisa e monitoramento, e por fim confirmou o comprometimento da SEHAB em encaminhar o processo administrativo com a comprovação dos investimentos. **19)** O Secretário Executivo agradeceu e abriu a palavra para considerações. **20)** O Secretário Adjunto da SF, Marcoantonio, questionou sobre como é encarada a diferença de alguns itens que aparecem com o valor divergente entre o aprovado e o executado. O Secretário Executivo explicou que a Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados - SEOC verifica se os valores solicitados estão dentro do limite, se estiverem dentro do limite aprovado e alguma secretaria solicita um remanejamento interno, essa verificação é feita novamente e se não houver aumento do limite o recurso é liberado. O Secretário Adjunto da SF, Marcoantonio expõe a dúvida quanto a necessidade desse detalhamento dessa movimentação, sendo a possibilidade de descumprimento grande, e sugeriu em termos de controle que o nível do detalhamento de expor os recursos não seja tão específico. O Secretário Executivo explicou que isso não tem nenhum impedimento legal. Esse nível de detalhamento foi atribuído para auxiliar no processo de planejamento, para que as secretarias cheguem com os

produtos bem preparados e estimativas realizadas, sendo que o que é possível notar é a variação, que as vezes acontecem e as vezes não, e assim o Fundo fica munido de informações e também o site, para consulta, e que isso não comprometeria em nada, mas sim um fator positivo com esse controle pormenorizado. A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, deu o exemplo do Fundo Municipal de Saneamento, onde os Planos Anuais são aprovados em valores globais, por dotação orçamentária, tipo de serviço, obra ou programa, porém há o detalhamento para o quadro demonstrativo que resulta no valor apresentado, para saber se cada intervenção tem a característica par aplicação daquele recurso, ainda para garantir, as resoluções tem um parágrafo que observa o valor limite de cada programa, e se houver necessidade, é possível haver adequações de investimento entre as propostas já aprovadas, o que não é feito é a inclusão de novo projeto sem a consulta do Conselho Gestor. O Secretário Executivo, explicou que pelo PDE, é necessário o envio detalhado dos recursos ao Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) para transparência e controle, sendo assim necessário esse detalhamento. A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, ainda dispôs que se é apresentado somente a solicitação do recurso sem um detalhamento, os Conselheiros solicitam abertura para conhecimento. O Secretário Adjunto da SF, Marcoantonio, ainda questionou sobre o detalhamento, como é a autonomia de trabalho dentro das ações, com uma margem de remanejamento. A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, sugeriu então que o remanejamento interno seja solicitado ao Presidente, com justificativa. O Secretário Executivo explicou então que isso já acontece, qualquer atualização ou solicitação passa por análise e aprovação da Presidência. O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, expôs ainda a dificuldade de se trabalhar com várias fontes de recurso, e para todos os critérios de controle social, há os conselhos, e ter essa margem de remanejamento não deve ter limites, mas sim transparência. O Secretário Executivo explanou ainda que esse tipo de fluxo não tem nenhum tipo de irregularidade. O Secretário Adjunto da SF, Marcoantonio, explicou que não é contrário, mas sim acredita que não é necessário chegar a esse nível de controle, que o Fundo é um órgão de acompanhamento. **21)**A Conselheira do CMPU, Irani, questionou em qual instância das indicações da região para investimento dos recursos, se há algum mecanismo dentro do PDE que priorize regiões com pouco investimento, como é o caso da Zona Norte, a qual ela representa. O Secretário Executivo, respondeu que dentro do Fundo, tanto no PDE quanto no decreto do FUNDURB, não existe nenhum dispositivo que determine que certo volume de recursos devam ser investidos para cada região. O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, expôs ainda que a ideia do detalhamento nas prestações de conta das Secretarias, onde é mostrado um mapa com todas as intervenções é realizado para mostrar o desenho final das políticas, e como são vários locais e órgãos de controle, ficaria difícil um aprofundamento além do que já é feito por cada política. A Conselheira do CMPU, Irani, expôs ainda que num primeiro chamamento da COHAB do ano passado, o único terreno para Zona Norte foi apresentado no edital e na segunda fase foi retirado, sendo gasto recursos públicos para estudo desse terreno e depois como terreno ficou caro, foi retirado do plano. Questionou então se não teria como prever, pois isso abriu um precedente para questão judicial se instalar e que talvez fique muito mais caro para a resolução do governo. **22)**O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, colocou que há vários empreendimentos na Zona Norte, porem algumas regiões há inviabilidade de terrenos e preços altos, o que dificulta a destinação, e que deveríamos enxergar o investimento como um todo para a cidade. **23)** O Secretário Executivo expos que o monitoramento que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU está desenvolvendo, é justamente para verificar

onde é o recolhimento da Outorga Onerosa e onde eles são investidos e para quais tipos de projetos. Não havendo mais considerações, passou para a apresentação da SIURB. **24)** A representante técnica da SIURB, Ana Camila, deu boa tarde a todos e deu início a prestação de contas. Apresentou os valores referentes aos objetos principalmente em mobilidade, sendo aprovados R$ 90.408.701,00 e executados R$ 89.438.315,97. Apresentou ainda o mapa com todas as intervenções, que foram concentradas principalmente nas regiões Sul e Leste onde estavam os projetos de mobilidade. Para esclarecer a questão da Conselheira Irani do CMPU, explicou que as obras estão sendo executadas conforme os planos de meta da gestão, que foi amplamente discutido com a população. Exibiu projeto a projetou e explicou que a não execução da totalidade dos recursos se deu por problemas contratuais e das próprias empresas. **25)** O Secretário Executivo abriu a palavra para questionamentos, não havendo, passou para apresentação da SMC.
26)A Chefe de Gabinete da SMC, Rossella Rosseto, deu boa tarde a todos e diz que é seu primeiro dia como representante, e antes de passar a palavra para o representante técnico da Pasta, Ayrton, expos que vem acompanhando os investimentos e que havia uma programação de executar 100% dos investimentos mas devido há um motivo desconhecido os recursos para desapropriação ainda não foram empenhados, por isso haverá diferenças entre os recursos aprovados e executados.
O representante técnico da SMC, Ayrton, apresentou os valores referentes aos objetos, sendo aprovados R$ 10.470.000,00 e executados R$ 9.053.301,86, devido justamente a explicação dada pela chefe de gabinete e apresentou todas as intervenções realizadas. **27)** O Secretário Executivo agradeceu e abriu a palavra para considerações, não havendo, passou para apresentação da SMDU. **28)** O representante técnico da SMDU, Rafael, apresentou os valores referentes aos objetos, sendo aprovados R$ 750.000,00 e executados R$ 64.044,77. A execução total dos recursos se deu por uma revisão dos produtos já entregues e pela demora no processo de licitação. Para complementar, a Secretária Adjunta da SMDU, Tereza, explicou que estava previsto para a execução de projetos R$750mil e foram empenhados para os dois projetos citados pelo Rafael, e que essas obras são para o entorno dos futuros CEU's visando a melhoria urbana através da interligação de equipamentos, melhoria das calçadas, iluminação e arborização. Estavam previsto 5 projetos, mas ao longo de 2015 foi notado que o ideal seria fazer projetos apenas para os perímetros que houvesse recursos para obras, abortando São Miguel e São Pedro, ficando com José de Anchieta, Novo Mundo, e Pinheirinho D'agua. **29)** O Secretário Executivo agradeceu e abriu a palavra para considerações. **30)** A Conselheira do CMPU, Irani, questionou se os valores do CEU Novo Mundo são apenas para projeto, pois as obras estão demorando muito para serem iniciadas e o local corre risco de invasão. Em resposta a Secretária Adjunta da SMDU, Tereza dispôs que as obras do CEU já iniciaram e que não há o risco de invadirem o terreno e esclareceu que as obras do território CEU que ainda não foram iniciadas, mas que já estão para começar. **31)** O Secretário Executivo retomou a prestação de contas, onde o valor aprovado foi de R$323.756.434,37, arrecadado de R$249.973.455,46 e liquidado R$284.945.134,04 o que causou uma alteração nos limites do Art. 340 do PDE. Explicou que a proposta da SEHAB de alteração no Plano Anual de Aplicação 2016 diz respeito ao saldo do recurso destinado aos 30% de habitação. **32)** A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, questionou se esse recurso de R$10milhões, que já estão na conta da SEHAB e já foi contabilizado nos 30% de habitação do exercício de 2015, o que restou foi um saldo financeiro, e que será aplicado para a mesma destinação, porém em empreendimentos diferentes dos apresentados no Plano Anual de Aplicação 2015. O Secretário Executivo

explica que sim, e esses R$10milhões entram em 2016 explicando que são oriundos de 2015 mas só para um questão de formalização. O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, para esclarecer, expôs que os R$10milhões não estão dentro dos recursos destinados para esse exercício 2016, pois já tem destinação garantidas. O Secretário Executivo garantiu que sim, porem explicou que os R$10milhões entrarão para o plano anual de aplicação 2016 da SEHAB. A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, ainda em duvida, questionou novamente sobre esse saldo entrar para o plano de 2016, sendo que seria uma aplicação desse saldo do plano de 2015. O Secretário Executivo, questionou se seriam para os mesmos terrenos do plano de 2015. Denise respondeu que são três terrenos adicionais que estariam sendo apresentados para concordância do Conselho Gestor e assim utilização do saldo. **33)** A Chefe de Gabinete da SMC, Rossella Rosseto, questionou se só quem tem saldo são as Secretarias que tem os percentuais fixos do PDE. O Secretário Executivo respondeu que sim, e que inclusive estão previstos um período de reserva no Art.340 do PDE. **34)**A representante técnica da SIURB, Ana Camila, questionou se quando do recurso retorna, se ele pode ser aplicado em qualquer tipo de ação. O Secretário Executivo para esclarecimento leu os parágrafos do Art.340 do PDE e passou para o Plano Anual de Aplicação 2016 da SMSP. **35)**O representante técnico da SMSP, Fernando, expôs que a proposta inicial era de R$55milhões e aumentou para R$120 milhões. Apresentou as obras que serão destinadas para as Subprefeituras, com projetos de melhoria de bairro no valor de R$75.000.000,00 e de mobilidade do programa calçadas no valor de R$45.000.000,00. O Secretário Executivo abriu a palavra para considerações, não havendo, passou para apresentação da SEHAB. **36)** A representante técnica da SEHAB, Denise Lopes, explicou que o Plano Anual de Aplicação 2016 já havia sido apresentado na reunião anterior, e que a apresentação de hoje será para ajuste. O recurso total no valor de R$ 129.447.295,50 foi divido em Urbanização de Favelas com R$16.380.000,00, Regularização Fundiária com R$17.800.000,00, Aquisição de Terrenos com R$75.379.800,00 e Casa Paulistana com R$19.887.495,50. Explicou que a readequação foi feita retirando uma obra de regularização fundiária da urbanização de favelas, reduzindo assim seu valor, porém que a diferença maior se deu no Casa Paulistana onde houve uma redução do recurso destinado da reunião passada, passando de R$40milhões para o valor apresentado de R$19.887.495,50. **37)** O Secretário Executivo agradeceu e submete ao conselho a aprovação das Prestações de Contas 2015 da SMSP, SEHAB, SIURB, SMC e SMDU, assim como ao cumprimento da destinação dos recursos do exercício 2015, conforme Art. 340, incisos I e II do PDE, e a complementação dos Planos Anuais de Aplicação 2016 da SEHAB e SMSP. Informou ainda que essas aprovações serão reguladas via resolução que conterá: todas as deliberações do Conselho Gestor do FUNDURB, a composição das receitas do exercício de 2015, a composição das despesas referentes ao exercício 2015 com todos os elementos apresentados por Secretaria, e que a mesma está fundamentada com bases nos dispositivos do PDE. A proposta da resolução previu a aprovação Plano de Anual de Aplicação para o exercício de 2016, a aprovação do remanejamento de recursos internos com autorização do Presidente do Fundo, aprovar a Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2015 e a aprovação da proposta de aplicação apresentada pela SEHAB para o saldo dos recursos do exercício 2015. Não havendo manifestações contrárias, considerou aprovada a Resolução FUNDURB 001/2016. **38)** O Secretário Adjunto da SEHAB, Mário Reali, dispôs que não consta o Plano Anual de Aplicação 2016 da SEHAB na resolução. O Secretário Executivo constatou e corrigiu a redação para constar o Plano Anual de Aplicação 2016 da SEHAB na resolução. Apresentou em seguida o calendário, sendo a próxima reunião prevista para 24/06,

ficando pendente o Plano Anual de Aplicação 2017 que deverá ser apresentado para o CMPU, justificando o ajuste de prazo da apresentação desse plano por conta da determinação do PDE. Por solicitação dos conselheiros do prazo muito próximo, entrou em consenso para deixar data em aberto para agosto 2016. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada pela Presidente suplente, às 17h25min. As apresentações das Secretarias se encontram no site do FUNDURB. **Demais Presentes:** Guilherme Nafalski, Talita Veiga Cavallari Fonseca e Rafael Murolo(SMDU); Antonio Gomes dos Santos (Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste); Tereza Arrais, Sérgio L. De Oliveira, Rodrigo Minoru Tanaka e Paulo R. Gianquinto (COHAB); Fernando Mello (SMSP) Alex Vincentini Lelis e Luciano Teixeira (SF); Ana Camila Miguel Moreira (SIURB); Denise Lopes de Souza, Laura Lourenção e Gustavo de Campos (SEHAB). **Entidades Ausentes:** Representantes titulares e suplentes da SGM, SIURB, SMT, CADES e CMH.

CONSELHEIROS PRESENTES

Secretaria Municipal de Cultura – SMC
Suplente: Rossella Rosseto
Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF
Suplente: Marcoantonio Marques de Oliveira
Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB
Suplente: Mário Wilson Pedreira Reali
Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP
Suplente: José Rubens Domingues Filho
Assinatura: _____

Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA
Suplente: Raquel Lima
Assinatura: _____

Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU
Conselho Participativo Municipal - Macrorregião Norte 1 – Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme
Suplente: Irani Aparecida Pereira Dias
Assinatura: _____

Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT
Centro
Suplente: Barbara de Oliveira Lopes
Assinatura: _____

Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

Presidência
Presidente: Fernando de Mello Franco
Assinatura:_____

Suplente: Tereza Beatriz Ribeiro Herling
Assinatura:_____

Apoio - Secretaria Executiva
Secretário Executivo: Caio Rioei Yamaguchi Ferreira
Assinatura:_____

Secretário Executivo Suplente: Andre Kviatkovski
Assinatura:_____